

AS DIFICULDADES DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 E ALGUMAS DE SUAS IMPLICAÇÕES

Sheila Cristina Gonçalves¹
Priscila Aleixo da Silva²

Resumo

O compromisso da escola com a sociedade perpassa pela construção formal do conhecimento e se firma no compromisso com a socialização, formação política e respeito à diversidade cultural. Essa tarefa vai além das barreiras educacionais tradicionais e dos conteúdos e programas ultrapassados ou resistentes às transformações. O presente artigo intentou investigar quais os mecanismos utilizados pelas escolas para aplicar a lei 10.639/2003 em uma perspectiva multidisciplinar e transversal no currículo do quinto ao nono ano que compõem o ensino fundamental nos estabelecimentos de ensino municipal e estadual. A metodologia utilizada neste estudo foi por meio de análises documentais. Esse trabalho apontou algumas das dificuldades da implementação da lei 10.639/2003 e da lei 11.645/2008 no ambiente escolar das redes municipais e estaduais.

Palavras-chave: Implementação da Lei 10.639; Desigualdades de oportunidades; Currículo

THE DIFFICULTIES OF THE IMPLEMENTATION OF LAW 10.639 / 2003 AND SOME OF ITS IMPLICATIONS

Abstract

The school's commitment to society is based on the formal construction of knowledge and its commitment to socialization, political formation and respect for cultural diversity. This task goes beyond the traditional educational barriers and the contents and programs outdated or resistant to the transformations. This article aims to investigate the mechanisms used by schools to apply law 10.639/2003 in a multidisciplinary and transversal perspective in the curriculum of the fifth to ninth grade that make up elementary education in public schools. The methodology used in this study was through documentary analyzes and bibliographical research on the way to discuss the problematic that involves the

¹ Graduada em Ciências Sociais – UFJF, Especialista em política da promoção da igualdade racial na escola-UNIAFRO-UFOP, especialista em planejamento, implementação e gestão da EAD-UFF mestranda em Ciências Sociais-UFJ- leysa_mg@yahoo.com.br

² Graduada em Ciências Sociais - UFJF, Mestra em Educação - UFRJ - aleixo.priscila@hotmail.com

concept of the proposed theme, as well as for surveying and crossing the content of textbooks assigned to municipal and state public schools, from the fifth To the ninth year of elementary school. This work pointed out some of the difficulties of the implementation of Law 10.639 / 2003 and Law 11.645 / 2008 in the school environment of municipal and state networks.

KEYWORDS: Implementation of Law 10,639; Inequalities of opportunities; Curriculum

Introdução

O ambiente escolar é um espaço de interação e construção de conhecimento formal, mas também é parte da sociedade e por esse aspecto está imbuído de conceitos e preconceitos culturais. A percepção do homem e da mulher negra é socialmente naturalizada em uma perspectiva estigmatizada, sendo-lhes as atribuições voltadas para trabalhos subalternos, sendo essa situação reforçada por meio das artes e da mídia. E assim o ideal do branqueamento foi passado de geração para geração (Diogo, 2013). Os homens negros são comumente generalizados como bandidos, as mulheres negras são comumente hipersexualizadas, a cultura negra é pouco valorizada e pouco estudada nos ambientes formais de ensino. Esses aspectos acentuam o preconceito racial e conseqüentemente as desigualdades de oportunidades. Este fato nos conduz a reflexão de Bento (2002):

Assim, o que se observa é uma relação dialógica: por um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro lado, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente. (BENTO, 2002, p.5).

A população negra ficou por muito tempo excluída da instituição educacional, bem como sua história e cultura. Levando em consideração a história brasileira, ao longo período de escravidão sofrido pelo grupo étnico negro no Brasil e as relações sociais de poder entre os grupos étnicos, temos que o grupo social que foi escravizado foi vítima de um domínio político, legal e de uma imposição cultural baseada na cultura europeia. Fatores que se confirmam pela perseguição sofrida por séculos às manifestações religiosas e culturais dos grupos negros (SANTOS,

2009).

A luta pelo reconhecimento da igualdade racial promovida por debates realizados pelo Movimento Negro Nacional vem ganhando destaque no cenário social e político (GOMES, 2011). Um dos pontos defendidos pelo Movimento Negro é a necessidade de inserir em conteúdo do ensino formal a História e a Literatura Afro-Brasileira. A importância e necessidade de valorizar formalmente a História do negro no Brasil foram reconhecidas pelo poder público e em 09 janeiro de 2003 foi promulgada a Lei 10.639, que prevê que os estabelecimentos de ensino básico e médio, públicos ou privados, têm a obrigatoriedade de inserir em sua programação de ensino a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Segue a descrição do 1º parágrafo da Lei supracitada:

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003).

A Lei 10.639 foi originária do projeto de lei PL 259/1999, dos deputados Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira, que abordava como justificativa a restauração da verdadeira contribuição da população negra no desenvolvimento do Brasil, demarcando a necessidade de desmistificar o eurocentrismo contido nos livros didáticos distribuídos nas escolas, entendendo que professores e alunos são vítimas dessas distorções nas instituições de ensino. Tornou-se necessário que o Estado adquirisse o compromisso político de adequação dos currículos escolares a realidade étnica brasileira. Neste contexto é de suma importância que a história do povo negro seja resgatada em sua amplitude a fim de promover a equidade no plano social econômico e político.

Surgiu um novo modo de pensar o sistema de ensino a partir da Lei 10.639/2003, algumas práticas pedagógicas intentam a abordagem das relações étnicas raciais enquanto conteúdos curriculares. Essa lei demarca a ruptura com o sistema de ensino que não reconhecia a história e literatura afro-brasileira como parte da construção social e histórica do Brasil (NASCIMENTO e CAETANO, 2011) com o mesmo valor da história dos outros povos, Possibilitando a discussão da desmistificação do imaginário negativo que foi criado em torno da população

negra.

Após 14 anos da promulgação da Lei 10.639/03 e apesar dos avanços alcançados e da importância do debate do tema no cenário político e social, ainda é necessário muitas transformações no que se refere à implementação da Lei no cotidiano escolar. É necessário investigar quais os mecanismos utilizados pelas escolas para aplicar essa Lei e em uma perspectiva multidisciplinar e transversal no currículo de todos os anos que compõem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio nos estabelecimentos de ensino. Para este estudo optamos por analisar o conteúdo programático presente nos livros didáticos que são fornecidos pelo Governo Federal e Estadual para as escolas públicas. O conteúdo didático presente nos livros fornecido pelo governo é um norte relevante para percebermos, se essa consciência programática está se transformando, considerando que o livro didático é um dos norteadores dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

A lei 10.639/03 aborda a importância da inserção da cultura e história afro-brasileira no currículo escolar, porém não contempla a importância dos costumes, crenças, lutas, conquistas, resistência e a relação com a natureza dos povos indígenas brasileiros como identidade histórica brasileira. Para fins desse estudo incluiremos a história e cultura indígena que foi inserida no currículo escolar por meio da lei 11.645 de 10 de março de 2008 que altera a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, modificada pela lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório a o ensino da História e a Literatura Afro-Brasileira no sistema de ensino.

A lei 11.645/2008 foi originária do projeto de lei 433/2003 proposto pela então deputada Mariângela Duarte, que teve como justificativa a reivindicação das comunidades indígenas que não se sentiram contempladas com a lei 10.639/2003. A importância da história e cultura indígena, bem como o modo de transmissão foram deixados de fora. A construção histórica e social do Brasil tem entre um dos pilares os saberes indígenas, portanto torna-se necessário a inclusão da história e cultura indígena no currículo escolar das instituições de ensino (PROJETO DE LEI 433, 2003). O projeto de lei 433/2003 foi transformado na lei 11.645/2008.

A lei 11.645/2008 altera o artigo 26-A da lei 9.394/1996, demarcando que no âmbito do currículo de todas as instituições de ensino:

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população

brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008).

As manifestações dos povos indígenas, principalmente dos povos indígenas do Acre, foram importantes para inserção no currículo escolar da história e cultura indígena brasileira como parte da construção social, histórica e econômica do Brasil. (PROJETO DE LEI 433, 2003).

A metodologia utilizada neste estudo foi por meio de análises documentais e pesquisas bibliográficas na via de debater a problemática que envolve o conceito do tema proposto, bem como por levantamento e cruzamento do conteúdo dos livros didáticos doados para as escolas públicas estaduais municipais e federais, do quinto ao nono ano do Ensino Fundamental. Além disso, a estratégia metodológica principal da proposta aqui apresentada foi de caráter quantitativo. Intentou-se, portanto elaborar tabelas como instrumentos de análise capazes de trazer à tona alguns elementos, tais como, abordagem dos conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e/ou a cultura e história indígena brasileira nos livros didáticos.

Etapas do processo para aquisição de livros nas escolas

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –FNDE é um programa do governo que adquire livros didáticos para serem distribuídos nas escolas públicas. Os livros são adquiridos por meio de edital, sendo os títulos dos livros avaliados pelo MEC. Após avaliação é criada uma lista das obras aprovadas, contendo resenha de cada obra. As obras são disponibilizadas para apreciação das escolas participantes cadastradas pelo FNDE (FNDE, 2017).

Os livros adquiridos por meio do Programa Nacional do Livro Didático-PNLD destinam-se às escolas públicas, nas modalidades de Ensino Fundamental-EF, Ensino Médio-EM e Educação de Jovens e adulto-EJA. As etapas para aquisição dos livros são divididas em adesão, editais, inscrição das editoras, triagem / avaliação, guia do livro escolha, pedido, aquisição, produção, análise da qualidade da física, distribuição e recebimento (FNDE, 2017).

A etapa da adesão consiste no cadastramento das escolas no programa. Para manter o cadastro ativo a escola deve realizar a atualização no final do mês de maio do anterior ao que a escola pretende receber os livros. Os editais contendo as normas para o processo de submissão dos livros são disponibilizados no portal FNDE, bem como no diário oficial. O instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo –IPT avalia as obras a fim de conferir se as obras se enquadram nos termos do edital. Os livros que passaram pela triagem são encaminhados para a Secretaria de Educação Básica-SEB do MEC. O guia das obras aprovadas, bem como as resenhas dos livros são elaboradas por especialistas e são disponibilizadas no portal da internet, as obras também são enviadas para as escolas cadastradas no censo escolar. Em seguida gestores da escola analisam os guias do livro didático e escolhem as obras que mais se adequam a realidade dos seus alunos. Os professores enviam o formulário preenchido por via de um aplicativo, disponível no portal FNDE. O próximo processo são as negociações entre as editoras que detém o direito das obras e o FNDE. Após as negociações as obras são produzidas pela editora e repassada para as escolas sob a supervisão de um técnico da FNDE, bem como do instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo –IPT, que analisa a qualidade físicas dos livros e se as obras estão inserida dentro das normas da ABNT. A distribuição dos livros é realizada por meio de um contrato entre a FNDE e o a Empresa brasileira de correios e telégrafos-ECT sob o acompanhamento das secretarias estaduais de educação. A chegada dos livros as escolas é prevista entre outubro do ano anterior ao processo de aquisição do livro e o início do ano letivo (FNDE, 2017).

Os livros são divididos em consumíveis e não consumíveis. Os consumíveis são caracterizados por serem livros de alfabetização linguística e de matemática. Os não consumíveis são reutilizáveis, devendo ser recolhidos ao final do ano letivo e distribuídos para novos alunos no ano seguinte. Tanto o Ensino fundamental quanto o Ensino Médio adotam o mesmo processo de distribuição do livro didático. Os livros reutilizáveis tem um prazo médio de três anos (FNDE, 2017).³

Resultados e discussões

Neste estudo foram analisados 84 livros do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental

³ Informações retiradas do portal O Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação –FNDE disponíveis em <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao> (acessado em 11/07/2017)

(32 livros regionais) totalizando 116 livros, que foram indicados para a escolha das escolas para uso no Triênio de 2016/2017/2018. Segue as disciplinas analisadas⁴ do 4º e 5º do Ensino Fundamental: Artes, Ciências Humanas e da Natureza, Ciências, Geografia, História, Português e Matemática. Os livros regionais não foram incluídos neste estudo.

A tabela 1 apresenta o número de livros que foram disponibilizados por disciplina para a escolha das escolas.

Disciplina	Livros disponibilizados
Artes	3
Ciências Humanas e da Natureza	3
Ciências	13
Geografia	17
História	15
Português	16
Matemática	17
Total	84

Fonte desenvolvida pelo autor

Os 32 livros regionais participam do mesmo processo de seleção dos demais livros, porém não foram incluídos na tabela, o que não invalida a importância da apresentação das tabelas, divididas percentualmente, pois o material distribuído, para apreciação das escolas das demais disciplinas, foi uniforme a todas as escolas. Dessa forma, torna-se possível analisar a realidade do conteúdo referente a história e cultura afro-brasileira e indígena brasileira nos livros didáticos distribuídos sem que se percam as características gerais.

A tabela 2 apresenta a porcentagem do total dos livros didáticos que contemplam a história e cultura afro-brasileira no ambiente escolar.

⁴ Os resumos e índices dos livros foram disponibilizados pelo portal do FNDE. Disponíveis em <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao> (acessado em 11/07/2017)

Tabela 2 – conteúdo Afro-brasileiro

Conteúdo afro-brasileiro	Números de livros	Percentual
Sim	38	45,2%
Não	46	54,8%
Total	84	100,0%

Fonte desenvolvida pelo autor

Dos 84 livros investigados do 4º e 5º do Ensino Fundamental apenas 38 contemplam as normas da lei 10.639/2003 que torna obrigatória a inclusão da história e cultura negra e indígena brasileira no currículo escolar.

A tabela 3 aponta o percentual de livros didáticos que apresentam a cultura e história indígena brasileira em seu conteúdo.

Tabela 3– conteúdo indígena

Conteúdo indígena	Números de livros	Percentual
Sim	43	51,2%
Não	41	48,8%
Total	84	100,0%

Fonte desenvolvida pelo autor

A tabela 3 mostra que dos 84 livros investigados do 4º e 5º do Ensino Fundamental 43 livros mencionam mesmo que sem profundidade a cultura e/ou história indígena em uma das unidades do livro. Os livros são divididos em dois volumes. O primeiro volume é dedicado às disciplinas do 4º ano do Ensino Fundamental. O segundo volume é dedicado as disciplinas do 5º ano do Ensino Fundamental. A tabela 3 aponta que existe desigualdade entre a inclusão de conteúdo afro-brasileiro (45,2%) e do conteúdo indígena brasileiro (48,8%) nos livros didáticos. A diferença aponta 3,6 pontos percentuais, indicando que existe uma distinção no trato do conteúdo afro-brasileiro e indígena inserido nos livros didáticos.

A tabela 4 apresenta os livros que contêm o conteúdo afro-brasileiro por disciplina

Tabela 4 – conteúdo afro-brasileiro por disciplina

Disciplinas	Conteúdo Afro-brasileiro		Total de livros
	Sim	Não	
Artes	3	0	3
Ciências Humanas e da Natureza	3	0	3
Ciências	0	13	13
Geografia	16	1	17
História	15	0	15
Português	1	15	16
Matemática	0	17	17
Total	38	46	84

Fonte desenvolvida pelo autor

A lei 10.639/2003 indica que o conteúdo da história e cultura afro-brasileira, bem como o estudo da África e dos africanos deve ser ministrado no âmbito de todo o currículo escolar. É possível trabalhar as africanidades em todas as disciplinas. A construção social, econômica e histórica do Brasil teve grande contribuição da cultura africana e afro-brasileira. Dos 16 livros de português indicados para a escolha das escolas apenas 1 tem entre seus conteúdos a contribuição da população africana e afro-brasileira na construção do Brasil. Muitas das palavras que utilizamos no dia a dia tem origem africana, essas palavras podem ser trabalhadas em sala de aula, a fim de colaborar para desmistificação da África e dos africanos, bem como trabalhar com escritores negros e temas que abordam as relações étnico raciais em sala de aula. Todos os livros didáticos indicados das disciplinas de artes, ciências humanas e da natureza e história atendem a lei 10.639/2003. Em nenhum dos livros disponibilizados das disciplinas de ciências e matemática é destacado a contribuição da população africana ou afro-brasileira. Dos 17 livros de geografia indicados, apenas um não contém informações sobre a contribuição dos africanos e afro-brasileiros para a construção social, econômica e histórica do Brasil. Miranda (2011) defende a reconfiguração da função social da escola a fim de inseri-la no contexto social do campo e a relação professor/aluno inseridas no contexto da identidade. Em todas as disciplinas é possível trabalhar a questão racial dentro da sala de aula.

A tabela 4 aponta que houve um grande avanço na inserção do conteúdo africano e afro-brasileiro nos livros didáticos. Todos os livros disponibilizados que ressaltam a importância da contribuição dos africanos e afro-brasileiros indicam no guia do professor como trabalhar com a temática africana e afro-brasileira, sugerindo ao professor que busque acrescentar material extra a fim de aprofundar as temáticas das africanidades em sala de aula.

A tabela 5 apresenta os livros que oferecem o conteúdo indígena brasileiro por disciplina do 4º e/ou 5º ano do Ensino Fundamental para a escolha das escolas.

Tabela 5 – Conteúdo indígena por disciplina

Disciplinas	Conteúdo indígena		Total de livros
	Sim	Não	
Artes	3	0	3
Ciências Humanas e da Natureza	3	0	3
Ciências	4	9	13
Geografia	17	0	17
História	15	0	15
Português	1	15	16
Matemática	0	17	17
Total	43	41	84

Fonte desenvolvida pelo autor

Todos os livros disponibilizados nas disciplinas de artes, Ciências Humanas e da Natureza, geografia e história mencionam a importância da cultura indígena brasileira na construção social, econômica e/ou histórica do Brasil. Nenhum dos 17 livros de matemática disponibilizados para a escolha das escolas apresentam conteúdo sobre os indígenas. Dos 16 livros da disciplina de português disponibilizados apenas um resalta os povos indígenas em seu conteúdo. Assim como a língua africana, a linguagem indígena contribuiu muito para a construção das palavras e frases que utilizamos no dia a dia. Existe muito material a ser trabalhado em sala de aula. Demarcando a importância do resgate da cultura e história indígena na construção histórica e social brasileira.

A tabela 5 aponta que houve um grande avanço na inserção de conteúdos

indígenas nos livros didáticos. Do total de livros disponibilizados, 51,2% possuem em um dos seus volumes conteúdo destacando a relevância de alguns dos povos indígenas brasileiros.

A tabela 6 apresenta o número de livros que foram disponibilizados por disciplina para a escolha das escolas do 6º,7º,8ºe 9º ano do ensino fundamental das escolas da redes públicas do PNDL2014. A disciplina língua estrangeira (5 livros de língua estrangeira) não foi inserida nesta análise.

Tabela 6 – Disciplinas

Disciplina	Livros disponibilizados
Ciências	20
Geografia	24
História	20
Português	12
Matemática	10
Total	86

Fonte desenvolvida pelo autor

Os cinco livros de língua estrangeira seguem o mesmo critério de seleção dos demais livros apresentados na tabela. O conteúdo dos livros de língua inglesa não foram inseridos neste estudo, o que não invalida a importância da apresentação das tabelas, divididas percentualmente, pois o material distribuído para apreciação das escolas das demais disciplinas, foi uniforme a todas as escolas.

A tabela 7 apresenta os livros que contém pelo menos em um de seus volumes a contribuição da população africana e afro-brasileira na construção histórica, econômica e social brasileira.

Tabela 7 – conteúdo Afro-brasileiro

Conteúdo afro-brasileiro	Números de livros	Percentual
Sim	42	48,8%
Não	44	51,2%
Total	86	100,0%

Fonte desenvolvida pelo autor

A tabela 7 aponta que 48,8% dos livros disponibilizados pelo PNDL/2014 para o 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, menciona a história e cultura africana e afro brasileira em pelo menos um de seus quatro volumes.

A tabela 8 apresenta a porcentagem de livros que contém a história e cultura indígena em pelo menos um de seus quatro volumes.

Tabela 8- conteúdo indígena

Conteúdo indígena	Números de livros	Percentual
Sim	41	47,7%
Não	45	52,3%
Total	86	100,0%

Fonte desenvolvida pelo autor

A tabela 8 indica que 47,7% dos livros apresentados para apreciação das escolas públicas do 6º ao 9º ano do Ensino fundamental tem referências da história ou cultura indígena brasileira em seu conteúdo. Foi possível perceber que existe uma pequena disparidade no trato do conteúdo da contribuição indígena brasileira (47,7%) para o conteúdo da contribuição da população africana e afro-brasileira (48,8%). Do total de livro disponibilizados 41 deles contém ambos os conteúdos. Um dos livros disponibilizados contém apenas o conteúdo africano e afro-brasileiro.

A Tabela 9 apresenta a porcentagem dos livros do 6º ao 9º que contém a contribuição africana e afro-brasileira por disciplina.

Tabela 9 – conteúdo afro-brasileiro por disciplina

Disciplinas	Conteúdo Afro-brasileiro		Total de livros
	Sim	Não	
Ciências	1	19	20
Geografia	21	3	24
História	20	0	20
Português	0	12	12
Matemática	0	10	10
Total	42	44	86

Fonte desenvolvida pelo autor

As disciplinas de português e matemática não apresentam em nenhum de seus quatro volumes a contribuição da história e cultura africana e afro-brasileira para a construção social, econômica ou histórica do Brasil. Todos os livros da disciplina de história contemplam a lei 10.639/2003. Dos 24 livros de Geografia 21 contemplam essa mesma lei. Foi possível perceber que houve uma inserção significativa de conteúdo africano e afro brasileiro nos livros didáticos.

A tabela 10 apresenta a porcentagem de livros por disciplinas que contém a contribuição indígena brasileira inserida nos livros didáticos.

Tabela 10 – Conteúdo indígena por disciplina

Disciplinas	Conteúdo indígena		Total de livros
	Sim	Não	
Ciências	2	18	20
Geografia	19	5	24
História	20	0	20
Português	0	12	12
Matemática	0	10	10
Total	41	45	86

Fonte desenvolvida pelo autor

As disciplinas de português e matemática seguem o mesmo processo da tabela 9, nenhum dos livros analisados apresentam conteúdo sobre os povos indígenas brasileiros. Na tabela 9 apenas um dos livros de ciência apresenta o conteúdo africano e afro-brasileiro em pelo menos um de seus volumes. No caso do conteúdo indígenas, esse número sobe para 2 livros. Na disciplina de geografia o número de livros que apresentam conteúdo indígena brasileiro é inferior ao número de livros que apresentam conteúdo africano e afro-brasileiros em seu conteúdo. A disciplina de história apresenta em todos os livros disponibilizados conteúdo africano, afro-brasileiro e indígena, contemplando ambas as leis.

Considerações finais

Quando a lei 10.639/2003 foi sancionada a dificuldade de sua implementação estava no desconhecimento de material a ser trabalhado em sala de aula, bem como no despreparo dos envolvidos no processo educacional. Os cursos de

pós-graduação voltados para a literatura, história africana e afro-brasileira contribuíram para sanar esse problema, promovendo capacitação para que as africanidades sejam tratadas de forma que a importância dos africanos e afro-brasileiros seja inserida na construção da história do povo brasileiro a fim de promover a igualdade racial na escola.

Atualmente os livros didáticos distribuídos nas escolas públicas municipais e estaduais e federais contribuem para a implementação da lei 10.639/2003 e da lei 11.645/2008. Os livros disponibilizados contam com o guia do professor que é o espelho do livro do aluno. O livro do professor contém subsídios e orientações para o uso dos objetos educacionais e orientações para o uso do conteúdo do livro no geral, apresentando também orientações específicas para o trato do conteúdo indígena brasileiro e africano e afro-brasileiro. Quase todos os livros didáticos analisados apontam que o material disponibilizado nos livros não é suficiente para trabalhar as questões indígenas, africanas e afro-brasileiras em sala de aula, sugerindo que o docente adquira material extra para trabalhar em sala aula.

Apesar da quantidade de livros didáticos que apresentam conteúdos africanos, afro-brasileiros e indígenas brasileiros serem significativos, os conteúdos ainda estão presos à visão eurocêntrica da contribuição do negro e do indígena na construção do Brasil. Tanto o negro quanto o índio não são tratados como protagonista de suas histórias. Portanto mesmo havendo quantidade de conteúdo significativo a ser trabalhado nos livros didáticos, ainda não é suficiente para resolver a questão da dificuldade da implementação da lei 10.639 /2003 e da lei 11.645/2008, pois a capacitação ainda não atinge a todos os docentes. Estes também precisam de disponibilidade e vontade para buscar material extra para ser trabalhado em sala de aula.

Por não haver uma fiscalização da prática da lei nas Instituições de Ensino, não há nenhum tipo de exigência vindas das secretarias federais e estaduais no que se reporta à implementação da Lei 10.639/03, ficando a responsabilidade dos supervisores e docentes implementá-la ou não. Em muitos casos ficando os saberes afrodescendentes restritos somente ao dia da Consciência Negra que é comemorado no mês de novembro. Assim como o folclore, a diversidade étnico-racial aparece na escola hoje como espécie de atrações abordadas em semana específica. Estes temas não aparecem enquanto saberes e enquanto formas de explicação do real; estes temas devem ser inseridos na escola como formas de saber.

Referências

BENTO Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no brasil** In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acessado em: 03 de ago. de 2015 às 19h.

_____. Projeto de lei nº 259, de 16 de março de 1999. **Diário da câmara dos deputados**, Brasília, DF, v.45, 16 mar. 1999. p.232. Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão no currículo oficial da rede de Ensino da temática da história e cultura afro- Brasileira e de outras providencias. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20MAR1999.pdf#page=232>> Acesso em: 06 mai. 2017.

_____. Projeto de Lei nº 433, 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mar. 2003. Seção 19/03/2003, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática %u201CHistória e Cultura Afro-Brasileira e Indígena%u201D. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=118507&filename=Tramitacao-PL 433/2003> Acesso em: 06 mai. 2017.

_____. LEI nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,

para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em: 10 mai. 2017.

CAETANO, Altair Luciana. NASCIMENTO, Guimarães. **As “Pedras No Caminho” Da Lei 10.639/03: Um panorama após oito anos de promulgação.** Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 10, n. 2, dez. de 2011.

DIOGO, Rosália. E. G. **Mídia e Racismo** - 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013. v. 1000. 80p.

Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação-FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/legisla%C3%A7%C3%A3o/item/9787-sobre-os-programas-do-livro>> Acesso em: 20 jun. 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, (Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar), n. 2, p. 37-60, 2011.

MIRANDA Shirley Aparecida de, **Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências** Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 50 maio-ago. 2012.

SANTOS, Erisvaldo P. dos. **Reexistência negra e escravidão na educação das relações étnico-raciais.** In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas; GOMES, Maria de Fátima Cardoso. (Org.). Formação continuada de docentes da educação básica: construindo parecerias (Laseb). 1ªed. Belo Horizonte: Autêtica, 2009, v. , p. 113-122